

Universidade Técnica de Lisboa
Instituto Superior de Economia e Gestão
MESTRADO em
ECONOMIA e POLÍTICAS PÚBLICAS

Finanças Públicas: Estado e Autarquias Locais

2014-15

Paulo Trigo Pereira

Programa, Método e Avaliação de Conhecimentos

Fevereiro 2015

1. Introdução

A época de crise económica e orçamental que vivemos dispensa, se necessidade de justificação houvesse, a razão de ser desta disciplina. É preciso compreender as funções do “Estado”, a que nível elas devem ser desempenhadas e a complementaridade do sector público com o privado e o “terceiro sector”. É essencial perceber o significado da sustentabilidade das finanças públicas, e de que as receitas e despesas públicas são instrumentos de política económica. Um dos objectivos principais da disciplina será clarificar a estrutura das administrações públicas em Portugal, à luz da teoria do federalismo orçamental, desenvolver alguns tópicos importantes na teoria das finanças públicas: por um lado as atribuições e competências de administração central e local, por outro as formas de financiamento (impostos, subvenções ou preços/tarifas). Pretende-se ainda familiarizar os alunos com alguma literatura na área da economia pública central e local e com a realidade destes sectores em Portugal, abordando alguns problemas que a nosso ver são centrais e que exigem uma resposta apropriada no contexto da realidade portuguesa. A existência destes problemas e o seu tratamento teórico e empírico poderá incentivar a elaboração de investigações conducentes a dissertações de mestrado, numa área que, sendo tão importante, está tão carenciada entre nós de estudos empíricos.

Convém realçar que houve uma opção deliberada de natureza metodológica e pedagógica em optar pela extensão em detrimento da profundidade, pela acessibilidade em desfavor da complexidade. Optámos por abordar uma variedade de temas obviamente com algum sacrifício na profundidade com que eles podem ser tratados. A alternativa seria reduzirmos drasticamente o número de tópicos a abordar, e com um nível de elaboração analítica que apenas os alunos licenciados em economia e com uma sólida formação económica poderiam acompanhar.¹ Ao escolhermos a opção de um curso de “banda larga” tivemos contudo a preocupação de permitir que diversas formações de base possam abordar diversos problemas e que sejam os alunos a escolher por onde e até onde

¹ Isto não significa que alguns temas, nomeadamente os fundamentos microeconómicos da intervenção pública local não sejam dados com algum formalismo.

querem ir. Esse objectivo é prosseguido da seguinte forma: para cada capítulo é dada bibliografia mais especializada que permitirá ao aluno aprofundar um dos tópicos à sua escolha na elaboração de um ensaio particular que poderá ter um enfoque mais técnico ou mais abrangente e menos especializado. Na segunda semana de aulas serão entregues um conjunto de tópicos e um conjunto de *readings* que auxiliarão a feitura desses ensaios.

O programa está estruturado em quatro partes. Na primeira parte clarificam-se as funções das administrações públicas, e desenvolve-se a teoria do federalismo orçamental, para clarificar a que nível (central, regional ou local) devem ser desempenhadas. Relembra-se alguns conceitos fundamentais na teoria das finanças públicas, clarificam-se os conceitos de sustentabilidade e de como as receitas públicas são um instrumento de políticas públicas (para além de satisfazerem necessidades de financiamento). Finalmente apresentam-se dados sobre a realidade das finanças públicas em Portugal. Na segunda parte focalizamos no Estado (Administração Central e Segurança Social), para uma melhor compreensão da sua estrutura, das suas contas e da sua evolução ao longo do tempo. Abordamos a problemática actual de reforma do Estado versus reforma (ou controle) da despesa pública. Na terceira parte, clarifica-se a diferente natureza dos bens e serviços públicos e mistos, a sua natureza, o seu custo, a sua forma diversa de fornecimento aos utilizadores (público, privado, terceiro sector), bem como a sua forma de financiamento. Far-se-ão algumas excursões ao caso português. Finalmente a quarta parte aborda o caso mais concreto do economia pública local, quer na parte de atribuições e competências, quer na parte do financiamento. O programa finaliza com a análise de diferentes formas de orçamentação e a discussão da relevância das regras orçamentais, dos programas orçamentais e da programação plurianual para o controle da despesa pública.

2. Programa

Parte I Federalismo Orçamental: Funções e Estrutura das Aministrações Públicas

1. Federalismo Orçamental e as funções afectação e redistribuição do sector público.
2. Finanças públicas: conceitos, sustentabilidade e perspectivas de médio prazo.

Parte II O Estado: funções, financiamento e evolução da estrutura

3. O Estado em Portugal: âmbito, estrutura e contas.
4. Reforma do Estado ou controle da despesa pública?

Parte III Bens e serviços públicos e mistos: natureza, procura, provisão e preço

5. A diferente natureza de bens/serviços e a “procura” de bens públicos.
6. Produção e provisão pública e privada.
7. Preços, tarifas e taxas.

Parte IV Decisões Públicas e Financiamento Local

8. As competências e a estrutura da despesa municipal.
9. O financiamento e a estrutura da receita.

Parte V Epílogo

Orçamentação: regras, programas e plurianualidade no controle da despesa?

A programação das aulas seguirá a seguinte calendarização:

Aula	Dia	Mês	Parte	Sumário
1	19	Fevereiro	I	Apresentação: T1
2	26	Fevereiro	I	T2 Federalismo Orçamental: descentralização e afectação
3	5	Março	I	T3 Federalismo Orçamental: Redistribuição
4	12	Março	I	T4: Finanças Públicas: conceitos e sustentabilidade
5	19	Março	II	T5 O Estado em Portugal
6	26	Março	II	T6 Reforma do Estado ou Contrôle da Despesa?
	Páscoa			
7	09	Abril	III	T7 A natureza dos bens e a "procura" de bens publicos e mistos
8	16	Abril	III	T8 Produção e Provisão : Pública e Privada
9	23	Abril	III	T9 Preços, tarifas e Taxas (I)
10	30	Abril	III	T10 Preços, Tarifas e Taxas (II)
11	7	Maio	IV	Teste de Escolha Múltipla T11 Competencias e estrutura da despesa Municipal
12	14	Maio	IV	T12 Financiamento e estrutura da Receita
13	21	Maio	V	T13: Orçamentação: regras, programas e plurianualidade

3. Organização pedagógica e avaliação de conhecimentos

A leccionação tentará conciliar, sempre que possível, a exposição de teorias com a análise de casos concretos onde se espera maior participação por parte dos alunos. Serão disponibilizados sempre previamente slides das aulas teóricas com os tópicos leccionados. Espera-se que os alunos estejam presentes na esmagadora maioria das aulas.

A **avaliação em época normal** será constituída por dois momentos fundamentais: uma **avaliação intercalar**, um pequeno **ensaio de aplicação empírica** e uma **exposição final desse ensaio** em aula de seminário.

A **avaliação intercalar** será constituída por **Prova de Avaliação Intercalar** (TEM+ 1 questão de desenvolvimento) e pela participação nas aulas e contará com ponderação de 30%. A **nota mínima** para que se possa fazer o ensaio é **7.0 valores**.

O **ensaio** deverá ter um **guião prévio a entregar ao docente**. A dimensão do guião não poderá exceder **duas folhas A4** e conterá necessariamente:

Título:

Resumo: (300 palavras max.)

Palavras-chave:

Índice do Ensaio

Referências bibliográficas utilizadas

O ensaio de **aplicação empírica** deverá ter um máximo de 15 páginas (individual), excluindo anexos e bibliografia e ponderará com 55% na nota final e *será objecto de apresentação e discussão com o docente* (15%).

4. Bibliografia geral²

Bibliografia base:

Fisher, R., C (2007), *State and Local Public Finance*, Thompson, 3ª ed.

Mikesell, John (2007), *Fiscal Administration: Analysis and Applications for the Public Sector*, 7th ed. Thompson

Pereira, P. T. et al. (2012), *Economia e Finanças Públicas*, 4ª ed., Escolar Editora

Readings indicados como obrigatórios.

Bibliografia Complementar:

Netzer, D. e Drennan, M. (eds.) (1997) *Readings in State and Local Public Finance*, Blackwell

² Serão dados readings específicos para vários tópicos dos ensaios.

Pereira, P.T. (2013) “O conceito económico de bem público”, em J. Pato, L. Schmidt e M.E. Gonçalves (orgs.) *Bem comum: Público e /ou privado?*, Imprensa de Ciências Sociais

Shah, A. (ed.) 2007. *Local Budgeting*, Washington, DC: World Bank

Shah, A. (ed.) 2007 *Participatory Budgeting*, Washington, DC: World Bank

Shah, A. (ed.) 2007 *Local Public Financial Management (ed.)*, 2007. Washington, DC: World Bank